

Mais um negacionismo

Thiago de Moraes. Moreira

Valor, 12/01/2021

É preciso substituir o capitalismo voltado aos acionistas por um voltado aos diferentes públicos de interesse

Muitas foram as críticas ao atual governo devido a sua postura negacionista diante da pandemia e das necessárias medidas de prevenção na ausência de uma vacina. A maior parte dos profissionais de saúde defendeu o fechamento de atividades não essenciais e o isolamento social como algumas das principais medidas preventivas, as quais foram duramente atacadas pelo próprio presidente em várias declarações públicas. A principal justificativa sempre esteve no campo econômico, baseada no argumento de que o isolamento seria devastador para o emprego e o crescimento econômico. De fato, não há dúvidas quanto aos fortes impactos negativos decorrentes do fechamento de atividades.

Não por acaso o PIB de todas as economias terá em 2020 seu pior desempenho das últimas décadas. Infelizmente, trata-se de um evento de rara ocorrência, que requer medidas drásticas que minimizem os potenciais danos sobre a vida humana. Para contrabalançar tais efeitos negativos, os governos precisaram agir. Muito mais do que apenas programas massivos de transferência de renda, emergiu a necessidade da atuação dos governos no papel de planejadores da vida econômica e social. No caso brasileiro, temos de reconhecer que o governo também executou um programa de auxílio bastante robusto, ainda que as principais ações não tenham partido propriamente do poder Executivo.

Contudo, diferentemente do Brasil, nas principais economias denota-se que a maior relevância dada às políticas públicas não parece se restringir a soluções temporárias ou emergenciais para um período de crise. Desta vez, o maior uso da política fiscal vem sendo acompanhado de um amplo movimento de reinterpretação acerca do papel do Estado. A concepção de que as economias capitalistas apresentariam desempenhos melhores e mais eficientes quanto menor a intervenção estatal está sendo cada vez mais questionada pelo mainstream macroeconômico.

Parte importante da atuação como planejador e interventor envolve a formulação de política econômica, em particular a monetária e, principalmente, a fiscal. Vale lembrar que a crise financeira de 2008 foi importante para uma mudança nas ações de política monetária, as quais passaram a privilegiar o que ficou conhecido como “quantitative easings” (QE), adotadas principalmente nos países desenvolvidos. Na prática, representou um grande expansionismo monetário que derrubou as taxas de juros ao redor do mundo, criando condições amplamente favoráveis para a expansão do crédito e dos mercados de capitais. No entanto, é a partir de ações de política fiscal que a figura de planejador central do Estado se consolida com mais veemência e visibilidade, seja por meio dos instrumentos de tributação, transferências ou gastos públicos.

Com a deflagração da pandemia, o espaço para um maior expansionismo monetário se encontrou bastante reduzido, uma vez que as taxas nominais de juros nas principais economias já se encontravam próximas de zero ou, em alguns casos, em níveis negativos. Neste contexto exigiu-se uma atuação muito mais proativa da política fiscal. Em paralelo à prática de um exuberante expansionismo fiscal em 2020, é notória a mudança de conteúdo em relatórios e textos de economistas ligados a instituições de prestígio.

Gostaria aqui de ressaltar um documento que foi recentemente mencionado pelo economista André Lara Resende neste mesmo jornal, assinado por Jason Furman e Lawrence Summers, economistas reconhecidamente ortodoxos ligados ao mainstream. Nele, há uma ampla defesa de um ativismo fiscal nos EUA para que o período de juros baixos possa ser aproveitado para alavancar o ritmo de crescimento econômico. Defendem que a relação dívida/PIB não é o indicador mais adequado para a medição da solvência fiscal, sugerindo a utilização dos fluxos de pagamento dos serviços da dívida como proporção do PIB. Os autores mostram que com juros mantidos em níveis muito baixos, ainda que o estoque de endividamento seja elevado, o fluxo de pagamentos financeiros compromete uma pequena parcela da renda, ampliando o espaço para maiores gastos do governo, em particular para os investimentos públicos.

O FMI é outra instituição que vem apresentando argumentos surpreendentes e inesperados até pouco tempo atrás. Economistas da instituição vem se preocupando cada vez mais com as desigualdades sociais e necessidade de políticas inclusivas. Neste sentido, chama atenção a defesa crescente de políticas tributárias mais progressivas e redistributivas, bem como da consolidação de um programa robusto de investimentos públicos. Em seu último “Fiscal Monitor”, o FMI destaca os elevados efeitos multiplicadores dos investimentos públicos, não apenas voltados à geração de renda agregada e emprego, mas também como estimuladores dos investimentos privados.

Outra referência importante que merece destaque é a do presidente do Fórum Econômico Mundial, Klaus Schwab, da mesma instituição que organiza o famoso evento de Davos todo início de ano. Schwab, em coautoria com Thierry Malleret, lançaram recentemente o livro intitulado de “Covid-19: The Great Reset”, no qual defendem uma nova visão sobre a interação entre os setores público e o privado, muito mais complementar do que concorrente. Nesta linha, os autores discutem a necessidade de substituímos o capitalismo essencialmente “voltado aos acionistas (shareholders)”, difundido por Milton Friedman na década de 1970, por um capitalismo voltado aos diferentes “públicos de interesse” (stakeholders), reforçando a importância das temáticas ambiental, social e de governança, identificadas com a sigla ESG.

Em síntese, da mesma forma que o expansionismo monetário foi um legado da crise financeira de 2008, a defesa de um maior expansionismo fiscal poderá ser uma das heranças da pandemia de 2020. Ainda que as mudanças interpretativas não sejam necessariamente compatíveis com a Modern Monetary Theory defendida por Lara Resende, a partir da qual as contas públicas não sofreriam de nenhum tipo de restrição financeira em moeda nacional, estamos assistindo a uma resignificação do gasto público pelo mainstream. Diversos economistas que historicamente defenderam a tese da “austeridade fiscal expansionista”, hoje percebem que a depender do tipo do gasto (ou do tipo de tributação), uma política fiscal expansionista pode ser eficiente.

Infelizmente, o debate econômico que se faz no país está cada vez mais distante dessa reinterpretação. Apesar dos bons resultados econômicos decorrentes do auxílio emergencial, o expansionismo fiscal continua sendo visto como extremamente indesejado pela atual equipe econômica. Trata-se de um novo negacionismo do governo Bolsonaro que poderá nos levar a um outro tipo de isolamento, este sim indesejado e com efeitos econômicos muito mais nocivos.